

Cidades de Direitos Humanos

Durante o seminário internacional "Rosario, Ciudad de Derechos Humanos", promovido de 12 a 21 de outubro pelo Instituto de Género, Derecho y Desarrollo (Insgenar), um grupo de 11 participantes, representantes de organizações da sociedade civil de sete países, decidiu dar continuidade aos debates do evento por meio da consolidação de um espaço permanente de articulação. Assim nasceu a Rede de Operadores de Direitos Humanos da América Latina e Caribe, cujo slogan é "Pelo Direito aos Direitos". Trata-se de uma rede de instituições não-governamentais e pessoas comprometidas com a promoção e a garantia dos direitos humanos na América Latina e o Caribe.

Segundo Antonino Condorelli, representante do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) de Natal (entidade integrante da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte), que participou da criação dessa Rede latino-americana, em Rosário o seminário abordou um leque amplo e diversificado de temáticas: desde a violência de gênero a novos modelos de polícia comunitária; do combate à exclusão social à discriminação racial.

O intuito era, segundo ele, formular estratégias e trocar experiências sobre como desenvolver "Cidades de Direitos Humanos", projeto de promoção de educação em direitos humanos desenvolvido pelo Movimento dos Povos para Educação em Direitos Humanos (PDHRE, sigla em inglês), organismo internacional com sede em Nova Iorque e representado pela Insgenar na América Latina, com apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) - dentro das iniciativas adotadas a partir da proclamação da "Década para Educação em Direitos Humanos" (1995-2004).

Rosário, na Argentina, é uma das 11 "Cidades de Direitos Humanos" do mundo (a única na América Latina), onde - por meio de uma série de ações em diferentes áreas promovidas pelo governo e a sociedade - as pessoas aprendem como usar valores universais de justiça e dignidade na implementação do desenvolvimento econômico, social e humano.

A proposta da rede

A implementação de "Cidades de Direitos Humanos" em todo o continente é apenas um dos objetivos da Rede de Operadores de Direitos Humanos da América Latina e Caribe, que tem uma proposta mais ampla. Pretende também compartilhar informações e experiências relativas às realidades de todos os países integrantes para realizar campanhas públicas de apoio, denúncias, projetos e propostas que incidam na formulação e execução de políticas públicas em todas as áreas de direitos humanos. A novidade irá, também, procurar fundos para educação em direitos humanos, capacitação, divulgação e realização de eventos em todos os países envolvidos. "As ações deverão ser coordenadas", afirma Antonino Condorelli, que faz parte do comitê coordenador da rede. Equidade, dignidade, justiça social, soberania, auto-determinação dos povos e respeito ao meio ambiente estão entre os princípios em que a rede se baseia.

Operadores de direitos humanos, explica Antonino, são instituições ou pessoas físicas que desenvolvem ações de promoção, defesa ou garantia dos direitos humanos. A participação na rede é aberta a toda pessoa ou entidade da sociedade civil com essa característica. Para reunir todos os participantes estão previstos encontros anuais em países diferentes. "A idéia é organizar todos os anos um seminário internacional sobre temáticas específicas de direitos humanos", comenta.

Até o próximo mês de fevereiro, deve ser criada uma página na Internet, um grupo de discussão e boletim eletrônico da rede. A elaboração de projetos e a captação de fundos para a capacitação em direitos humanos em todos os países envolvidos também estão entre as primeiras ações da iniciativa. "Esperamos integrar outras organizações e ter a representação de todos os países da América Latina", afirma. [Mariana Loiola](#)